

*Assembleia*  
**Constituinte:**  
 a emenda das  
 diretas em 86,  
 recusada.

Das 15 subemendas encaminhadas à comissão mista do Congresso que examina a proposta do Executivo, convocando a Constituinte, apenas nove foram aceitas ontem, depois de duas horas de discussão sobre se deveriam ou não ser aceitas as propostas sem o número exigido de assinaturas ou entregues fora do prazo de oito dias.

Na reunião do Conselho Político do governo, que discutiu apenas o projeto de convocação da Constituinte, foi destacado o fato de a subemenda do PDT, estabelecendo eleições diretas para presidente já em 1986, não ter obtido o número de assinaturas necessárias. Para o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, isso "demonstra que o Congresso está de acordo com a sociedade e deseja primeiro a estabilidade e eficiência do governo". Segundo Pimenta, o presidente José Sarney gostou das providências adotadas pelo PMDB e PFL para inviabilizar a apresentação da subemenda brizolista. E para o líder do PFL, José Lourenço, o fato "mostrou que a Aliança Democrática continua coesa e não vingaram as articulações do PDT, do PTB e de setores do PDS".

Na reunião da comissão mista, seu presidente, o senador biônico Helvídio Nunes, negou veracidade a informações do jornal *Folha de S. Paulo* de que parlamentares teriam assinado duas vezes algumas propostas de subemendas. As nove subemendas acolhidas são dos deputados Manoel Costa, Marcelo Linhares, Leur Lomanto, Gérson Peres, Hermes Zanetti, Floriceno Paixão, Djalma Bom, Pedro Colin e Nadir Rossetti. Ficaram de fora as subemendas dos deputados Nelson Marchezan, Domingos Leonelli, Victor Faccioni e Jorge Uequed, além de duas do senador Itamar Franco.

De nada adiantou também a defesa da subemenda proposta pelo "plenário pró-representação popular na Constituinte", feita pelo deputado do PT, Plínio de Arruda Sampaio. A proposta não foi sequer encaminhada, por falta das assinaturas necessárias, mas o jurista Gofredo da Silva Teles, que acompanhou a reunião, protestou, alegando que a proposta — de convocação de uma Constituinte exclusiva — impediria que os parlamentares-constituintes legislassem em causa própria. No seu entender, o projeto do Executivo não convoca a Constituinte, mas apenas transforma o Congresso em Constituinte: "Não tem sentido o poder constituinte ser exercido por órgãos constituídos" — argumentou.

Em Porto Alegre, o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Arthur João Donato, considerou "uma minoria inexpressiva" os empresários que temem radicalizações nas mudanças a serem estabelecidas na Constituição, que atentem contra a iniciativa privada. Donato referia-se à defesa da participação do empresário na Constituinte para neutralizar tentativas de radicalização, feita pelo presidente das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente. Ele defendeu a participação de empresários na política, mas dentro dos quadros partidários e da normalidade das regras democráticas.

Já o ex-secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, considerou "a Constituinte de agora muito pior que a de 46". Ele, que foi um dos constituintes de 46, não vê sentido em se falar em Constituinte antes da revogação da "legislação fascista herdada do regime autoritário". Mesmo assim, ponderou, "não podemos ir contra a Constituinte mesmo porque ela vai acabar com essa colcha de retalhos criada pelos generais".

**A comissão de notáveis**

Desde já acusada de "elitista" por alguns segmentos da sociedade, como a OAB, a comissão de notáveis encarregada de reunir subsídios para a Constituinte deverá ser instalada até o dia 3 de setembro, segundo anunciou o ministro da Justiça, Fernando Lyra. No entanto, embora tivesse prometido, ele não ligou ontem ao presidente da comissão, Afonso Arinos.

No Rio, Arinos rebateu as acusações de "elitista" à comissão de 50 nomes anunciada segunda-feira por Lyra. E declarou-se aberto a sugestões, anunciando que pretende consultar personalidades civis e militares para ajudá-lo em questões de interesse da comissão.

O governador Leonel Brizola foi dos que consideraram a comissão "elitista". E mais: "É um dos grandes erros da chamada Nova República, porque se trata de uma comissão de elites". O presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, fez este comentário: "A comissão demonstra apenas que o critério de notáveis do presidente Sarney e do ministro da Justiça não é o mesmo da grande maioria do povo brasileiro. A classe trabalhadora deveria ter pelo menos 50% dos membros da comissão". Da mesma forma que Lula, a vereadora do PT do Rio, Benedita Silva — não escolhida, embora seu nome constasse da lista elaborada por Tancredo Neves — também considerou a comissão "de pouca representatividade popular, apenas uma comissão de notáveis".

Em Pelotas, a jurista Rosah Russomano, indicada para a comissão, lamentou a pequena representação feminina (apenas duas mulheres), mas mostrou-se animada, anunciando que "devem ser quebradas estruturas que não se compatibilizam com a vida de hoje, fixando a reforma agrária; consagrando a justiça agrária; reduzindo a intervenção estatal; emprestando tônica à iniciativa privada; e institucionalizando a liberdade sindical".

ANC 88  
 Pasta 08/85  
 09C/1985